



## Alunos de colégios privados têm lugar no ensino público

LISBOA A Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas garante que os alunos de colégios que venham a fechar portas por estarem impedidos de abrir novas turmas têm lugar nas escolas públicas. Filinto Lima refere que os alunos dos 39 colégios terão vaga no ensino público, considerando a ideia "mais uma forma de pressão dos colégios" sobre o governo.

## Três dirigentes públicos inibidos no ano passado

LISBOA Em 2015, a Procuradoria-Geral da República registou três processos por incumprimento da lei do controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos - situações que levaram à inibição do exercício de funções públicas de um vereador municipal, um administrador de uma empresa pública e um diretor clínico de um centro hospitalar.



## Mudanças no RSI agravaram pobreza infantil em 44%

PORTO Um estudo do economista José Alberto Pitucas conclui que, entre 2010 e 2013, "a intensidade da pobreza aumentou 30%" em Portugal. Nesse período, um terço dos beneficiários do rendimento social de inserção perderam esse apoio e, em consequência direta, houve um "aumento da intensidade da pobreza das crianças em 44%". O estudo foi apresentado durante o segundo encontro do Movimento Erradicar a Pobreza, organização que levará ao parlamento uma petição para que se discuta a pobreza.



Tabelas de preços serão conhecidas no final do mês

# Privados esperam que ADSE recue nos preços que entram em vigor em junho

Setor defende que há outras formas de poupar, como evitar que os beneficiários andem a repetir exames e consultas

MARTA F. REIS  
marta.reis@ionline.pt

A uma semana de entrarem em vigor as novas tabelas de preços da ADSE, com as quais o subsistema de saúde dos funcionários públicos prevê poupar 4 milhões de euros ao ano, o setor privado espera ainda um recuo. A Associação Nacional de Unidades de Diagnóstico por Imagem (ANAUDI), que representa 200 prestadores de exames médicos, tem reunião marcada com a direção-geral para discutir o assunto. Já a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) considera que a ADSE foi "deselegante" na forma como fixou preços diferentes dos que vinham a negociar há um ano, mas mantém abertura para negociar. Em declarações ao *i*, os representantes dizem esperar que até 1 de junho, quando entram em vigor os novos preços, alguns valores sejam reconsiderados.

Armando Santos, da ANAUDI, revelou ao *i* que numa assembleia na passada quarta-feira muitos associados estavam prontos a abandonar acordos com a

ADSE. Um pedido de reunião por parte da direção-geral, porém, acalmou os ânimos que se incendiaram com as declarações do diretor-geral Carlos Liberato Baptista à imprensa. Em entrevista ao *i*, este responsável considerou que os privados praticam preços excessivos e declarou que nenhum consegue passar sem a faturação da ADSE.

**Palavras de diretor-geral da ADSE levaram empresas a ameaçar abandonar acordos**

**Carlos Liberato Baptista considera que privados não sobrevivem sem a faturação da ADSE**

A ANAUDI contesta não só o registo de Liberato Baptista como a baixa de preços nas ressonâncias magnéticas e TAC. O preço a pagar aos convenionados por ressonâncias magnéticas sofre uma redução de 13,5%, passando de 150 euros por exame para 129,7 euros. A ADSE poupa 16 euros e os beneficiários, que pagavam 30 euros sempre que tinham de fazer este exame, passam a pagar 25,50 euros. Nas TAC, o preço para os beneficiários não baixa mas a ADSE passa a gastar menos um a dois euros por exame.

Do lado da APHP, a expectativa é que a direção-geral recue na baixa de preços nas cirurgias. A ADSE anunciou ter fixado um "preço compreensivo" para um conjunto de 60 operações, passando a incluir todos os procedimentos associados à operação em vez de serem faturados à parte. Artur Osório, presidente da APHP contesta alguns valores, em particular nas operações oftalmológicas. Chegavam a ser faturadas a 4000 euros e agora passam todas a ser pagas a 1250. A APHP defende também um recuo no pagamento próteses,

que continuam a ser faturadas à margem das cirurgias mas passam a exigir um copagamento da parte dos beneficiários que pode ir até 200 euros.

HÁ MAIS FORMAS DE POUPAR Artur Osório disse ao *i* que não há qualquer boicote à ADSE em cima das declarações do diretor-geral que deram a entender que o setor privado cobra preços demasiado elevados. "Fazemos preços à ADSE bastante mais baixos do que aqueles que o Estado usa para financiar os seus próprios hospitais. Uma consulta de especialidade é faturada a 20 euros à ADSE, quando o Estado paga aos seus hospitais um preço superior."

A tabela de preços do SNS revela que, por cada consulta, os hospitais públicos recebem um financiamento público de 31 euros. Já no caso das ressonâncias magnéticas, recebem 127 euros, menos do que o valor estabelecido pela ADSE. Artur Osório reconhece que alguns procedimentos têm margens maiores para compensar outros em que o valor não cobre a despesa. E deixa um aviso: "Sem a negociação com a hospitalização privada, a ADSE não conseguia ter resultados líquidos de 200 milhões", diz o responsável.

Artur Osório defende que a poupança seria mais significativa se a ADSE adotasse outras estratégias de estruturação dos cuidados. "Devia haver um modelo em que os beneficiários têm um médico de assistente em vez de, muitas vezes, andarem de consulta em consulta e de hospital em hospital a repetir os exames sem haver um acompanhamento clínico integral". O responsável propõe um modelo semelhante ao do médico de família, mas mantendo-se a liberdade de escolha. E argumenta que este tipo de mecanismo não só evitaria redundância na despesa por parte da ADSE, com exames e consultas repetidos sem vantagem clínica, como aumentaria a segurança dos doentes. Osório aponta outros problemas por resolver: atualmente, a ADSE não cobre consultas de seguimento de cirurgia, quando um doente no recibo tem de ser visto por um médico. Não cobre também consultas de nutrição. "A ADSE ganhava mais em repensar o seu modelo e encargar o doente como um todo", diz Osório, indicando que a APHP mantém-se disponível para negociar com o subsistema melhores condições.